

EDITORIAL

PÉ DENTRO, PÉ FORA (ALGUÉM POR ACASO VIU UM SACI PASSAR POR AQUI?)

Reunidas no CEAS, algumas pessoas de diversos movimentos sociais (urbanos e rurais) e de entidades de assessoria popular refletimos em torno de aspectos da delicada conjuntura atual. Num momento em que o espanto, a indignação ou o simples desânimo grassam entre nós, julgamos que partilhar o que pensamos por cá pode ser, quando nada, “*um descanso na loucura*”, como dizia o velho Guimarães Rosa.

Se para nós, do CEAS, a decepção foi proporcional à diminuta confiança que depositávamos num governo eleito numa aliança conservadora para por em praticar um programa neoliberal (vide nossos editoriais dos últimos três anos), a sensação geral é de que ao longo deste tempo os mais diversos movimentos sociais, uns mais outros menos, permaneceram engessados. Indecisos entre a pressão para fazer pender para a esquerda o governo ou a crítica explícita de seu continuísmo neoliberal, assistimos (não de camarote, mas da geral, sem direito a sentar) se consolidar a repartição dos recursos do Estado em 53% destinados à reprodução da máquina, 44% comprometidos com o pagamento dos juros e amortização das dívidas e míseros 3% reservados para investimentos (não apenas nas políticas sociais mas também na infraestrutura), o que dá bem conta da distorção surreal em que estamos *racionalmente* mergulhados: com apenas trinta dias de pagamento das dívidas cobre-se todo o orçamento da saúde, metade disso é o que vai para a educação, um dia de juros equivale a um ano de habitação popular, uma hora (ou sessenta minutos, se preferirmos) para direitos humanos. Tic tac tic tac tic tac... Pronto, eis aí nosso dispêndio com os direitos humanos num país marcado pela violência institucional, pelo extermínio de negros, jovens, índios e camponeses e pela repressão às populações periféricas do campo e da cidade.

E dizemos *racionalmente* porque tal distribuição atende aos preceitos do equilíbrio fiscal e do saneamento financeiro apresentados como condição básica para... o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Por outro lado, em nenhum momento da história do Brasil os banqueiros viveram um paraíso tão pleno de leite e mel como agora (os mais de 24% de lucro sobre o patrimônio líquido que o digam...). E isso quando a política palociana transferiu a fábula de mais de cem bilhões de reais para os banqueiros e investidores detentores dos títulos da dívida pública brasileiras somente nos oito primeiros meses deste ano (tendo cortado bons 79 bilhões do orçamento público para garantir tal *superávit*).

Então, quando John Snow, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, nos diz que Palloci “*é a voz da razão da economia mundial*”, terminamos de nos convencer de que estes são tempos de política surreal, praticada por um governo que se elegeu prometendo garantir três refeições diárias para todo brasileiro e toda brasileira, pois, diante disso nada nos resta além de apelar

para a fábula, nacionalíssima, de Monteiro Lobato, com seu reino encantado do Sítio do Pica Pau Amarelo. Será que a Cuca vai nos pegar?

Malgrado a dura lição política que foi o desencanto com a via eleitoral representado na vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, ainda assim, na falta de outras estratégias e alternativas de poder, esta via continua sendo o horizonte mais palpável para boa parte dos movimentos sociais no país, daí porque predomina entre eles, com honrosas exceções, o consenso de que *“ruim com Lula, pior sem ele”*, já que *“é muito melhor ter um operário no poder do que um membro da elite”*, numa inequívoca vitória do medo sobre a esperança. Não à toa, 2006 deverá assistir ao lançamento de candidaturas de representantes seus para os mais variados cargos em disputa, sobretudo em partidos como o PT e o PSOL .

De fato, a complexa relação entre partidos políticos e movimentos sociais, ardorosamente discutida desde os tempos heróicos dos partidos comunistas clandestinos, aprofundada por ocasião dos estertores da ditadura militar, ao longo da década de 1970, e acrescida de ingredientes ao longo dos anos 80 e 90, com a ocupação progressiva de espaço nos legislativos e posterior conquista de governos, tal relação parece ter chegado ao seu ápice nestas primícias do novo século. E que resposta temos dado a isso?

O novo partido, o PSOL, que procura resgatar no seu nome o Socialismo que o PT desprezou das suas tradições, combinando-a com a simpática Liberdade, essa que é facilmente palatável pela democracia burguesa, a começar pela liberdade de sair candidato já no próximo pleito presidencial, não nasce das bases (como seu antecessor) mas de cima, com uma galeria de parlamentares com vãos eleitorais previamente anunciados, em que pese uma crescente militância transferida do partido da estrela cadente. E mesmo a coerência do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) de negar a via burguesia como alternativa, participando dela como estratégia de denúncia mais de que disputa efetiva, não parece ter revertido em penetração nos grupos de base que supostamente deveriam ser suas instâncias de poder nuclear.

Será a crítica destas novas agremiações capaz de desmontar a sólida estrutura burocrática aperfeiçoada pelo PT? Tanto mais que essa estrutura, outrora repudiada pelos petistas fundadores, é quase uma segunda pele do próprio sistema político que tais partidos se propõem a legitimar, na medida em que se regem por uma lógica de reprodução econômica bastante pragmática e segundo a qual o investimento na eleição de um vereador ou uma deputada traz dividendos (assessores, verbas etc.) muito mais garantidos que o apoio a uma luta social específica. Enfim, uns mais outros menos, também eles são vítimas do naufrágio da concepção que compreende a luta política na sociedade a partir da hierarquia Partido-Sindicato-Movimentos Sociais.

Um outro agravante, que não é de agora mas certamente tem assumido proporções cada vez maiores, é a midiocracia, que nos leva a tentar procurar fontes de informações menos contaminadas quando elas estão secas, assoreadas pela vulgarização dos PCs (os computadores pessoais, evidentemente) e pela aposentadoria a que relegamos os mimeógrafos e os jornaizinhos da saudosa imprensa popular dos setentas. De certos artefatos antigos só sobrou mesmo a memória indelével no imaginário popular, a exemplo da saborosa expressão “*caiu a ficha!*”. Mas por que terá demorado tanto tempo para cair a nossa ficha, para perceber que a tecnologia (da informação e da propaganda, inclusive) nunca é neutra e que a maquiagem do candidato na frente do vídeo o torna necessariamente um personagem, um ator? Como hesitamos em admitir que a tecnologia só nos atende enquanto consumidores, não enquanto agentes políticos? Em Alagoas, por exemplo, a única forma dos sem terra se comunicarem com as autoridades públicas é fechando as estradas, porque, para o povo, o telefone celular dos políticos sempre está fora de área.

Na ante-sala da eleição de 2002, perguntávamos: “*se não for Lula, quem será?*”. Passados quase quatro anos, mudou o cenário mas não a angústia? Não, não é verdade que estivemos parados esse tempo todo. Demos um giro de 360°, que nos desorientou bastante, é verdade, mas nos trouxe, junto com a tontura e a vertigem, maior visão de mundo. Oriente e Ocidente, direita e esquerda, o que isso significa para nós, viajantes do século XXI? Qual criança solta no vazio de uma montanha russa, astro/cosmonautas vagando pelo “sem pé nem cabeça” do espaço sideral, vivemos a nos perguntar não apenas “*o que é ser esquerda nos tempos atuais*” mas, antes disso, “*para quê ser esquerda*”, “*ser esquerda para quê?*”

As respostas que demos até o momento são tão frustrantes quanto edificantes. Na encruzilhada anterior, elas se bifurcavam: uns viam na esquerda a estratégia para organizar os sujeitos populares na luta contra o capital, rumo a uma nova sociedade; outros priorizavam a construção de um Estado de Bem-Estar Social. Representantes de ambas alternativas chegaram ao poder, no mundo e no Brasil, especialmente na última década, e hoje são primos belicosos e decadentes a lembrar de velhas histórias desabonadoras do passado do outro (enquanto abrem mais uma garrafa de vinho, Romanée-Conti, de preferência...).

A contestação radical esteve algum momento na cabeça do povo e no coração do intelectual? Ou teria sido mais fácil encontrá-la na cabeça deste e no coração daquele? O socialismo nunca foi um modelo e sim um caminho. Mas qual seu ponto zero; melhor, qual o seu ponto X, quando nossa parceria se desfaz, os primos se separam, marido desconhece mulher e filho renega pai? Apontar para o novo é uma eficaz receita para acabar com o imobilismo. Sobretudo um novo que se enriquece com as antigas (con)tradições...

Manter *um pé dentro, o outro fora*, eis um caminho que já experimentamos. *Pé dentro* das políticas emergenciais, porque afinal de contas o povo precisa comer, mas ao mesmo tempo *fora*, já que ele continua precisando comer todo

dia. *Pé dentro* do sistema político eleitoral, como forma de pressionar o Parlamento e os Governos por uma legislação e uma gestão mais próximas dos interesses populares, mas nem tanto a ponto de não perceber que é *fora* dessas instâncias que se situa o núcleo de reprodução do poder capitalista. Enfim, *pé dentro* das alternativas de sobrevivência dos mais diversos setores populares do país, a exemplo das variadas experiências de economia solidária, mas o outro *fora* por saber o limite de se construir uma alternativa ao capitalismo bebendo de sua fonte, imerso no seu próprio caldo.

Postos os pés assim, um dentro o outro fora, ganhamos equilíbrio ou ficamos mais vacilantes? Não terá sido essa uma das razões da confusão em que nos metemos, a raiz de uma parte de nossas contemporizações? Melhor seria ter um pé só, como o Saci, esta criança brincalhona dotada de poderes mágicos, como o de desaparecer e aparecer onde quiser, mas mantendo o pé fincado numa realidade apenas? Ou os pés pra trás do Curupira, também conhecido como Caipora ou Caiçara, esse anão de cabelos vermelhos com pêlo e dentes verdes, que se vale dos seus pés especiais para despistar os caçadores, deixando-os sempre a seguir rastros falsos. Quem o vê perde totalmente o rumo, e não sabe mais achar o caminho de volta. É impossível capturá-lo. A greve de fome de Dom Luiz Cappio, por exemplo, parece ensinar que velhas táticas são bem mais cortantes quando recriadas em contextos novos e insuspeitos. Por que não fazer greve de banquete, ocupar as Comabs e Cestas do Povo?

Uma opção para a esquerda (quem sabe a única) é retornar aos movimentos sociais, vivenciando a crise econômica, política e ideológica junto com as comunidades populares, de maneira a definir com elas os objetivos da luta, as alianças táticas, as ações concretas, bem mais do que se perder na barafunda do debate de princípios. Mais que angústia com o governo atual, nosso dilema presente consiste em aprender com as alternativas populares já existentes, a exemplo da articulação crescente entre as organizações do campo e da cidade.

CADERNOS DO CEAS